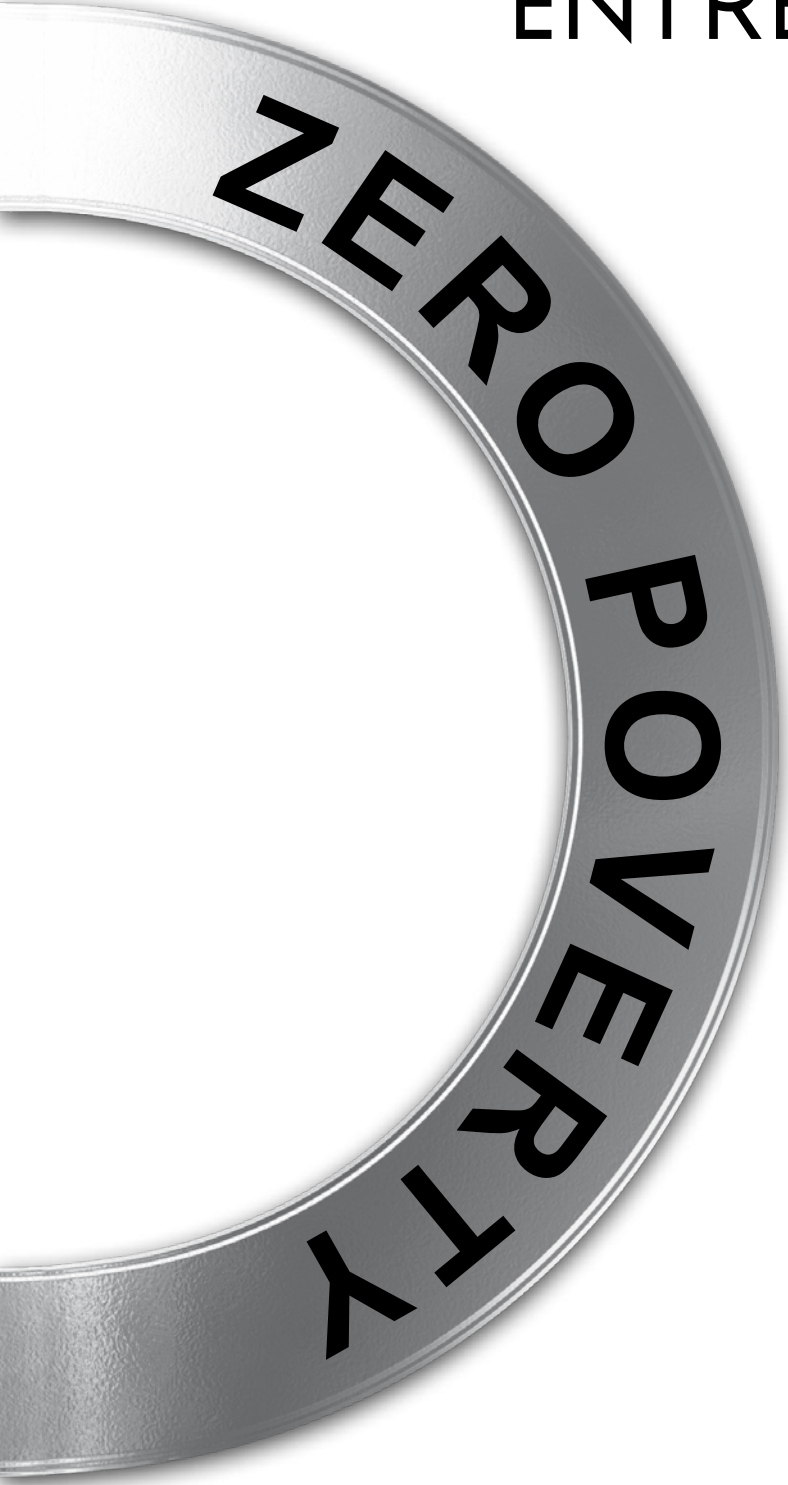


# A POBREZA ENTRE NÓS



Parte A : Uma Abordagem Analítica



# Introdução

*Abre os olhos e reconhece a pobreza.  
Escuta atentamente a voz dos pobres.  
Abre o coração e encontra-te com os outros.  
Abre o espírito e apercebe-te: somos todos humanos!*

A divisão entre as pessoas designadas por pobres e aquelas que vivem uma vida desafogada é artificial e criada pelo homem. A actual crise financeira e económica só veio agravar esta divisão, a qual consideramos ser prejudicial para a sociedade e para o indivíduo. Ninguém deve viver na pobreza por causa de estruturas ou condições injustas. O nosso objectivo moral é alcançar a "Pobreza Zero". Assim, a Cáritas acredita que as nossas sociedades precisam de uma nova estruturação que reconhece e protege integralmente os direitos humanos. Esta protecção não advém de um mero imperativo jurídico porque entendemos que a dignidade da pessoa humana é o princípio e o fim de todos os direitos e obrigações. Acreditamos que cada pessoa é uma imagem de Deus.

Ao ler este texto, encontrará ferramentas (parte A) e histórias de vida (parte B). Ambas foram concebidas para alertar para realidade multifacetada e diversa da pobreza. Quer opte pela observação, através de uma visão analítica, ou pelas histórias de vida, será guiado pelas suas próprias percepções e experiências. Esteja receptivo para mudar de ideias. Teste a abordagem escolhida pelos elementos da Cáritas que, diariamente encontram pessoas pobres, e/ou estudam o fenómeno da pobreza. Nós acreditamos que todos os indivíduos são filhos de Deus em Cristo, o nosso Salvador.

A Cáritas, na Europa, quer contribuir para uma nova maneira de encarar a pobreza. A pobreza é mais do que a ausência de bem-estar. Afecta o corpo, a mente e a vida da pessoa. Afecta a comunidade em que ela vive. Enquanto comunidade de seres humanos, não podemos aceitar que se perca um único indivíduo.

Temos que corrigir as condições injustas do passado e evitar novas injustiças para as gerações presentes e futuras. A isto chama-se responsabilidade. Este princípio de responsabilidade dá sentido e significado às nossas acções e comportamentos, para lá do seu impacto mais imediato e material. Nós, e os nossos concidadãos, somos directa e indirectamente afectados por essas acções e comportamentos. Mas há soluções e elas estão nas nossas mãos. É possível mudar. A Cáritas é testemunha das mudanças que ocorrem nas pessoas que vivem na pobreza e que, apesar disso, conseguem (re)construir as suas vidas e os seus destinos. Através do seu trabalho com os mais pobres, e dos esforços de representação junto das autoridades públicas, a Cáritas promove condições de vida sustentáveis para todos, propondo e levando a cabo acções concretas. A responsabilidade activa pode mudar a nossa vida e a vida na "Cidade". A expressão "Cidade" refere-se à comunidade organizada em que vivemos e que, agora, se está a tornar mais global e interdependente. Acreditamos que estamos interligados no Espírito Santo e que por isso vivemos numa comunhão humana que ultrapassa quaisquer fronteiras.

A Cáritas, como instituição da Igreja Católica, não diferencia entre as pessoas a quem serve e as pessoas com quem trabalha. O proselitismo é, inclusivamente, contrário à sua natureza e missão (cf. *Deus Caritas Est*, 31, c). O trabalho com os pobres e doentes coloca a Cáritas no centro da luta social entre a exclusão e a inclusão. A inclusão é mais do que um conceito chave na União Europeia. A nossa expectativa é que a luta contra a pobreza permaneça entre as suas prioridades para lá de 2010 - o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social.



A inclusão é uma obrigação directamente ligada aos direitos humanos. A inclusão pode ser vista como uma outra maneira de promover a comunhão. Isto significa que um processo de inclusão activo não pode ser uma tarefa unilateral atribuída àqueles que carecem de recursos, ou àqueles que disponibilizam os recursos. É uma tarefa para toda a comunidade ou "Cidade" e poder-se-ia argumentar que, neste processo dinâmico e recíproco, aos mais fortes, mais é exigido. Permitir que os outros realizem as suas potencialidades é contribuir para o desenvolvimento completo e verdadeiro de todas as pessoas e de cada pessoa como um todo (Paulo VI, *Populorum Progressio*, 14; Bento XVI, *Caritas in Veritate*, 11). Afinal, capacitar os pobres significa também capacitar toda a "Cidade".

Reconhecer que os pobres são cidadãos que podem contribuir para a construção da "Cidade", da mesma maneira que aqueles que se consideram auto-suficientes ou independentes, é reconhecer que todos precisamos uns dos outros. A abordagem científica escolhida neste documento leva à mesma conclusão. Sociologicamente falando, nós não somos partículas abstractas. Fazemos parte de uma sociedade e construímos o futuro dessa mesma sociedade pelas nossas acções e omissões, pelo nosso comportamento e pelo nosso silêncio. A interdependência mútua ou a solidariedade não devem ser enfraquecidas por aqueles que se sentem seguros ou imunes a quaisquer riscos. Esse contexto não só pode mudar rapidamente como, acima de tudo, se trata de um erro antropológico fundamental.

O reconhecimento é igualmente dado e recebido. Só aqueles que estão receptivos ao reconhecimento poderão partilhá-lo mais tarde. É algo que promovemos e que contribuímos continuamente. O reconhecimento significa gratidão. A Cáritas é um espaço de gratidão. Muitas pessoas necessitadas expressam a sua gratidão àqueles mais capazes de ajudar – como profissionais ou como voluntários. Esta gratidão reflecte o verdadeiro desafio da "formação do coração" (*Deus Caritas Est*, 31, a). Ninguém está no ponto de partida da origem do reconhecimento e da gratidão. Tudo começa com "Deus Caritas Est", como resumiu o Papa Bento XVI. Deus é o começo e o fim de todos os seres humanos e de tudo o que fazemos.

Alargo a minha gratidão pessoal àqueles que trabalharam arduamente para produzir este documento sobre o conceito da pobreza: Patrizia Cappelletti, Hubert Cornudet, Seán Healy, Carlo Knöpfel, Sebastian Mora, Adriana Opromolla, Paolo Pezzana, Miriam Pikaar, Robert Urbé, Gabriela Sonnleitner e Simone Villiger, e às pessoas que estão por trás das páginas de sabedoria e praxis, de ciência e reflexão, que partilharam as suas vidas e experiências, especialmente na secção empírica. Que o seu trabalho possa ser reconhecido na nossa rede Cáritas e para além dela como uma tentativa de erguer novos alicerces para a maneira como encaramos a pobreza.

Este documento é a base de uma série de artigos específicos que se irão debruçar sobre preocupações e temas particulares dentro do vasto campo da pobreza. Todos estes artigos visam constituir uma "biblioteca" de recursos para assistentes sociais, políticos, responsáveis e investigadores. Cada documento foi elaborado por um grupo de especialistas e aprovado pelo Fórum de Política Social da Cáritas Europa. Obrigado a todos aqueles que contribuíram nos grupos de trabalho, no Fórum e no Secretariado-Geral em Bruxelas, que contou com o patrocínio valioso da Comissão Europeia ao abrigo do programa PROGRESS.

Que o ano de 2010 seja um compromisso renovado no combate à pobreza na Europa e no mundo. Que "pobreza zero" seja o objectivo de toda a "Cidade"!



**Erny Gillen**  
*Presidente da Cáritas Europa*

# Índice

■	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
■	<b>1. COMO FUNCIONA A POBREZA</b> .....	<b>7</b>
	1.1. Um modelo.....	7
	1.1.1. Adaptar o modelo .....	7
	1.1.2. Os riscos de pobreza e o mercado de trabalho.....	8
	1.1.3. Os riscos de pobreza e a família.....	9
	1.1.4. Os riscos de pobreza e o Estado Providência .....	10
	1.2. A transformação social e os novos riscos de pobreza.....	11
	1.2.0. A transformação social.....	11
	1.2.1. A transformação económica e os novos riscos de pobreza.....	11
	1.2.2. A transformação social e os novos riscos de pobreza .....	12
	1.2.3. A transformação demográfica e os novos riscos de pobreza.....	13
	1.3. Os riscos de pobreza manter-se-ão e aparecerão novos riscos.....	14
■	<b>2. O QUE É A POBREZA ?</b> .....	<b>15</b>
	2.1. A multidimensionalidade da pobreza.....	15
	2.2. A interacção multidimensional.....	19
■	<b>3. QUANDO OCORRE A POBREZA ?</b> .....	<b>21</b>
	3.1. O modelo do ciclo de vida.....	21
	3.2. As políticas de combate à pobreza e o modelo do ciclo de vida.....	22
■	<b>4. CONCLUSÕES</b> .....	<b>24</b>
■	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>26</b>



# 1. Como funciona a pobreza

## 1.1. Um modelo

### 1.1.1. Adaptar o modelo

A pobreza é um escândalo. Todos os seres humanos têm o direito a uma vida decente, especialmente no que toca a alimentação, vestuário, habitação, cuidados de saúde, descanso e serviços sociais. Consequentemente todas as pessoas têm o direito de ser apoiadas em casos de doença, deficiência, velhice, desemprego, viuvez ou qualquer outra situação de carência involuntária. O direito à segurança social, internacionalmente reconhecido, é essencial para garantir a dignidade humana de todas as pessoas que se vejam privadas da capacidade de concretizar os seus direitos.

A Cáritas está a desenvolver um modelo que permite analisar o bem-estar social nas sociedades europeias. Ao definir a pobreza como a falta de bem-estar, destacamos o conceito de bem-estar social, como parte do bem-estar de todos os cidadãos em qualquer país. Nesse sentido, o conceito significa mais do que segurança social e protecção social. A protecção social baseada nos rendimentos e as transferências sociais abrangem aspectos do bem-estar. Contudo, também tem origem na inclusão no mercado de trabalho, na família e na comunidade, assim como na capacidade pessoal de beneficiar da segurança social e da protecção social. Consideram-se, também, outros aspectos não materiais da vida.

Se a pobreza é uma ausência de bem-estar, e o bem-estar social reflecte as **condições estruturais** para o desenvolvimento pessoal e social, a pobreza é também a carência de Bem-Estar Social. A pessoa que não consegue encontrar emprego ou ganhar o suficiente com o seu trabalho, a pessoa que não beneficia do apoio da família ou de outras redes primárias, a pessoa que não recebe a ajuda necessária do Estado ou de outras organizações sociais, terá de viver na pobreza.

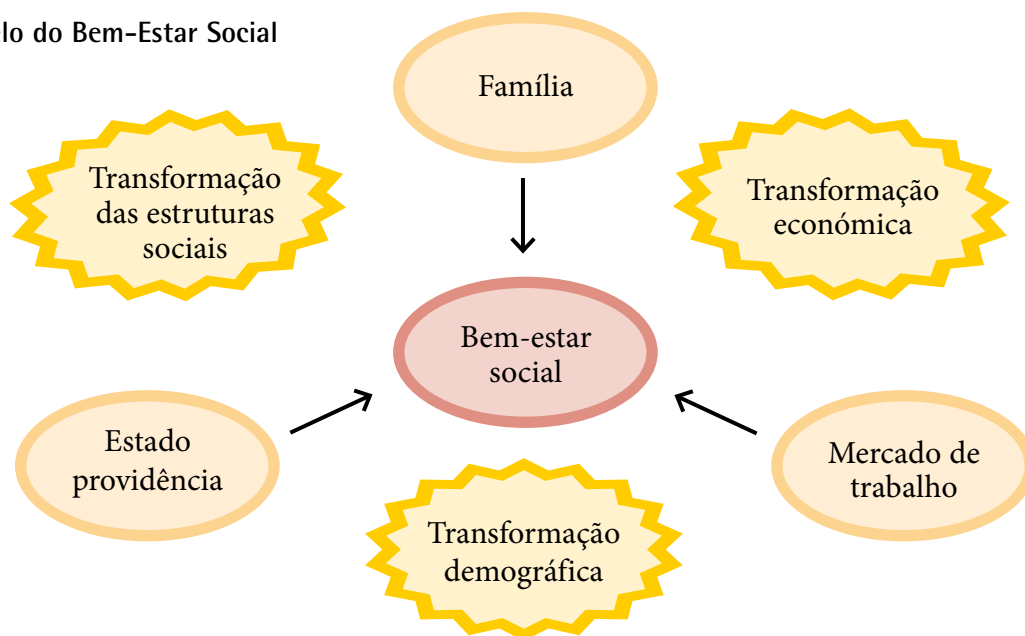
O progresso social de um país pode ser medido pelo número de pessoas que apesar de viverem na pobreza, conseguem ultrapassar essa situação precária e beneficiar de um maior nível de bem-estar a longo prazo. Quando aumenta o número de pessoas a viver em situação de pobreza, aumentam também as desigualdades e as tensões sociais. A importância do bem comum esbate-se e o país é ameaçado de regressão social. Cresce exponencialmente o risco de violência social, de criminalidade e de dirigentes fragilizados, o que debilita a democracia e os direitos humanos.

As condições estruturais para o desenvolvimento do bem-estar pessoal e social implicam:

- que todas as pessoas possam gerir a sua vida quotidiana e a das suas famílias. Isso inclui despesas com alimentos, habitação, saúde, mobilidade e participação social.
- que todas as pessoas possam proteger-se contra riscos sociais como o desemprego, doença, acidentes e deficiência.
- que todas as pessoas possam garantir as suas condições de vida na reforma, através de seguros (sociais) e/ou poupando para a velhice.

Há três pontos principais que caracterizam estas condições: i) o trabalho remunerado no mercado de trabalho; ii) a solidariedade dentro da família e das redes primárias; iii) o apoio do Estado Providência. Se as pessoas não conseguirem subsistir, nem garantir a subsistência dos seus dependentes com o fruto do seu trabalho; se o apoio familiar não estiver garantido e se o Estado Providência não disponibilizar assistência suficiente, não lhes resta outra opção a não ser viver na pobreza. Assim sendo, a situação concreta do bem-estar é sempre definida pela interacção entre três pontos: o mercado de trabalho, a família e o Estado Providência.

**Figura 1 : Modelo do Bem-Estar Social**



A figura 1 reflecte o modelo do bem-estar social e leva à reflexão sobre três temas:

- O que é o bem-estar social?
- Como é que se cria bem-estar social?
- Que influência tem a transformação social no bem-estar social?

### 1.1.2. Os Riscos de pobreza e o mercado de trabalho

O trabalho é uma fonte de bem-estar porque permite concretizar muitos outros direitos. Permite a manutenção pessoal e familiar e, desde que seja escolhido e aceite de livre vontade, é, também, um meio de reconhecimento e participação na sociedade. Para além disso, o mercado de trabalho é um dos três pilares do bem-estar social, uma vez que permite subsistir e financiar os padrões de vida desejados. Os salários diferem de acordo com a qualificação profissional, o sector, a região, o género, a idade ou a nacionalidade. Mas o mercado de trabalho não está isento de riscos de pobreza. Se um jovem não encontra emprego, se uma pessoa fica desempregada ou sai do mercado de trabalho sem protecção, corre um maior risco de empobrecimento. Nem todas as pessoas em idade activa têm as mesmas oportunidades de encontrar emprego. Além da falta de trabalho remunerado, as pessoas que procuram emprego nem sempre têm as qualificações requeridas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que todos os trabalhadores devem beneficiar de condições de trabalho justas, decentes, seguras e saudáveis, incluindo uma remuneração que seja suficiente para garantir um padrão de vida aceitável para o trabalhador e para a sua família. Contudo, ter um emprego não é suficiente para evitar a pobreza. Em situações em que os salários são baixos, as condições de trabalho são atípicas, as leis de trabalho e os regulamentos relativos à segurança laboral estão pouco desenvolvidos ou não são respeitados, as pessoas continuam a viver na pobreza, apesar de trabalharem. É por isso que, em muitos países, o Estado estipula um salário mínimo. Mas isso é, frequentemente, insuficiente para garantir o mínimo necessário para a subsistência de uma só pessoa.

Há que ter atenção ao trabalho realizado no mercado de trabalho clandestino e sem direitos. Nalguns países, este segmento do mercado de trabalho é a única possibilidade que muitas pessoas têm de auferir um rendimento. Normalmente, esta forma extrema de emprego precário continua a não ser suficiente para evitar a pobreza, proteger contra riscos sociais ou ter uma reforma na velhice.

As pessoas procuram trabalho quando ele não existe. A migração laboral significa para muitas pessoas a procura de um salário que lhes permita subsistir, escapar à pobreza ou, simplesmente, melhorar as suas condições de vida e das suas famílias.

A migração internacional afecta o mercado de trabalho de forma específica: o país de origem perde trabalhadores fundamentais e no país de destino ocorrem alterações sociais significativas. Os migrantes têm frequentemente um estatuto jurídico frágil e são forçados a aceitar trabalho mal remunerado porque as suas qualificações são insuficientes ou não são reconhecidas. Desta forma, arriscam-se a perder muitas das suas competências e, simultaneamente, a 'fuga de cérebros' tem consequências negativas para a economia de origem. É por isso que a migração resulta num risco adicional de pobreza no mercado de trabalho. Apesar disso, as remessas que as populações migrantes mandam para as suas famílias, nos países de origem, ajudam a reduzir a pobreza a um nível micro.

Há que destacar a parceria social que reflecte a dimensão colectiva do direito ao trabalho e que tem um papel importante no mercado de trabalho de muitos países. Quando os trabalhadores estão bem organizados, os seus representantes conseguem negociar acordos com as entidades patronais para beneficiarem de aumentos salariais, períodos de férias mais longos, mais protecção laboral e mais segurança no trabalho. Mas, hoje em dia, isto só é possível se estes acordos corresponderem às necessidades competitivas das empresas em mercados globalizados. Quando o poder de negociação dos sindicatos é fraco, quando as organizações de trabalhadores são abandonadas, os trabalhadores (frequentemente mulheres) não têm como escapar às precárias condições de trabalho.

A situação do mercado de trabalho pode levar as pessoas à pobreza, o que pressiona as famílias e o Estado Providência. A solidariedade familiar e as redes primárias, nem sempre conseguem absorver as situações de pobreza relacionadas com o mercado de trabalho.

### 1.1.3. Os riscos de pobreza e a família

A família, como célula base da comunidade, promove o desenvolvimento de competências e fortalece os alicerces do bem-estar. A família tem direito a receber da sociedade e do Estado a devida protecção social, jurídica e económica. É na família que se começa a satisfazer as necessidades materiais dos seus membros e a lidar com as suas dificuldades. Neste sentido, esta é outro pilar fundamental do bem-estar social.

Numa família pode haver mais do que uma pessoa assalariada mas a subsistência pode ser reforçada por outras transferências financeiras, como subsídios. Em muitos países, as famílias pobres podem evitar a fome através da economia de subsistência, como, por exemplo, cultivando alimentos.

Mesmo assim, as famílias enfrentam alguns riscos de pobreza. Se os salários forem baixos ou se houver muitos elementos na família que não trabalham, o rendimento do agregado familiar pode não ser o suficiente para superar a linha de pobreza. A possibilidade de ambos os pais exercerem funções remuneradas também depende da necessidade de prestar cuidados aos filhos, do custo deste tipo de serviço e da sua disponibilidade. Muitas vezes, outros elementos da família ajudam nestas tarefas ou, em último caso, as crianças tomam conta de si próprias. O sistema de providência social pode promover o emprego de homens e mulheres disponibilizando serviços de prestação de cuidados infantis, adequados, para complementar a ajuda familiar.

Nem todas as famílias estão sujeitas aos mesmos riscos de pobreza. Os pais solteiros e aqueles que têm mais de dois filhos estão mais vulneráveis a situações de pobreza. Isto está relacionado com o baixo rendimento mas, também, com ajuda financeira insuficiente em relação às despesas familiares. Estas são razões que frequentemente levam as crianças a estar em risco de pobreza e é por isso que a pobreza infantil é um problema em quase todos os países europeus.

A solidariedade na família também pode contribuir para o bem-estar. Normalmente, ao longo de três gerações, o património, material e imaterial, transita entre os vários membros da família. Um aspecto particularmente importante desta solidariedade familiar são as remessas que os migrantes enviam às famílias. Quando esta solidariedade familiar não acontece, a pobreza afecta sobretudo as crianças e os mais idosos.

A situação dos agregados familiares pode conduzir a uma situação de pobreza. O aumento do emprego e das transferências sociais nem sempre é suficiente para superar as situações de pobreza relacionada com a família. O bem-estar oferecido pela família também tem de ser pensado em termos de sociabilidade e qualidade das relações.

#### 1.1.4. Os riscos de pobreza e o Estado Providência

---

O bem-estar, numa perspectiva social e cultural, está enraizado num contexto político onde a justiça, a igualdade e a solidariedade são consideradas as bases da coabitação humana. O Estado Providência ajuda, ou deveria ajudar, através de infra-estruturas sociais concretas baseadas nestes princípios. Nesse sentido, o Estado Providência é a terceira fonte mais importante de bem-estar. Na verdade, a principal responsabilidade política de qualquer instituição pública é melhorar o bem-estar.

O Estado Providência pode ser organizado de várias maneiras: de acordo com as culturas existentes, os bens constitucionais, os níveis de civismo e o capital social. Os benefícios provenientes deste pilar diminuem os riscos sociais como o desemprego, acidentes, doença, deficiência, e apoia as reformas na velhice. Também funciona como a última rede de segurança social antes de se cair na pobreza. É financiado através de fundos provenientes de impostos e/ou descontos salariais.

Nalguns países, a ajuda da Segurança Social é insuficiente para viver decentemente, em caso de perda de rendimentos. Neste tipo de situação, os riscos sociais, como o desemprego, os acidentes, a doença e a velhice conduzem directamente à pobreza. Mesmo quando os pagamentos da Segurança

Social são efectuados, as quantias são, frequentemente, tão baixas que mal chegam para permitir uma sobrevivência digna.

Esta estrutura e equilíbrio complexos podem implicar que o risco de pobreza, para qualquer pessoa, também depende do lugar onde vive.

Não é possível desenvolver bem-estar quando se corre o risco de ficar pobre. Evitar e proteger contra os riscos de pobreza é uma das tarefas específicas do Estado Providência. Este pilar tem de proteger aqueles que não podem garantir a sua subsistência através do seu salário ou da solidariedade familiar. Frequentemente, o Estado Providência não assegura esta protecção e introduz um novo paradigma que combina sanções e incentivos em programas para a criação de emprego. Neste caso, trata-se de um Estado Providência pró-activo.

Em suma, em muitos países, o Estado Providência considera-se subsidiário do mercado de trabalho e da família. Mas a auto dependência e a ajuda intra-familiar rapidamente atingem os seus respectivos limites e raramente mitigam a insuficiência da protecção social resultante da diminuição da provisão.



## 1.2. A transformação social e os novos riscos de pobreza

### 1.2.0. A transformação social

As sociedades estão em constante transformação o que leva a níveis diferentes de bem-estar. Algumas pessoas têm ganhos acrescidos neste processo de mudança, gozam de uma mobilidade social positiva e beneficiam de um bem-estar social cada vez maior. Há outras que são prejudicadas, as suas circunstâncias pessoais são incertas e vêem-se confrontadas com novos riscos sociais. Está a aumentar a distância entre estes dois pólos da transformação social.

Em relação à pobreza e à exclusão social, há três aspectos principais da transformação social: a transformação económica, social e demográfica.

#### 1.2.1. A transformação económica e os novos riscos de pobreza

A economia de um país segue não só um ciclo de prosperidade e recessão, como está sujeita à transformação estrutural contínua. Esta transformação é conduzida particularmente por duas forças: os processos de globalização e o desenvolvimento tecnológico, que têm impacto na macroeconomia e na vida quotidiana do cidadão comum.

A globalização económica e política une as economias nacionais através do comércio, investimento directo e transferências financeiras, levando a divisão global do trabalho a todos os cantos do mundo. A interdependência económica tornou-se enorme. A crise financeira global que se desencadeou no Verão de 2008 deixou isso bem claro. Devido às novas possibilidades técnicas no campo da comunicação, as empresas estão cada vez menos sediadas num local específico e investem onde as condições locais lhes trazem mais vantagens. Há muito que isto acontecia num contexto nacional e agora, também tem um papel cada vez mais importante num contexto global.

A economia política está a transformar-se em política de localização. Para além disso, e como não há nenhum local que seja igualmente atraente para todas as actividades empresariais, têm de ser tomadas decisões estratégicas:

para que ramo de indústrias, companhias ou funções de negócios é que a respectiva localização pode, ou não, ser particularmente interessante? A política de localização é depois reflectida no quadro jurídico, na qualidade e salários, na força de trabalho, na investigação, nas políticas educativas e em muitos outros aspectos.

Acrescente-se, ainda, aquilo a que normalmente se chama progresso técnico. Isto pode ser observado em novos produtos e serviços ou em novos procedimentos e processos. Actualmente, a automatização e o uso de robôs podem ser utilizados em qualquer país.

As alterações causadas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico têm consequências para o mercado de trabalho, para as famílias e para o Estado Providência. Muitos mercados de trabalho nacionais estão a sofrer transformações pois estão integrados num mercado de trabalho global. Os trabalhadores passam a competir numa procura de trabalho global. Aumenta a pressão em termos salariais e de condições de trabalho. Fala-se de 'flexibilização': as forças de trabalho flexíveis têm de se preparar para aceitar rendimentos flutuantes, mudar o seu local de trabalho repetidamente, trabalhar horas irregulares e receber formação contínua. Este stress tem as suas consequências. O número de pessoas que já não aguenta esta pressão está a aumentar. Os custos deste desenvolvimento para as economias nacionais são enormes. Alguns países tentaram contrabalançar esta tendência adoptando uma estratégia que combina flexibilidade e segurança (ou seja, a abordagem da "flexissegurança", também promovida na União Europeia).

Os empregados com poucas competências, os mais velhos e as pessoas com problemas de saúde (saúde mental incluída) têm cada vez mais dificuldade em receber um salário digno. Em quase todos os países europeus está a aumentar o número de pessoas pobres com emprego.

A transformação económica estrutural também está a causar mudanças sectoriais: o trabalho na agricultura está a diminuir e no sector industrial podem ser observadas várias tendências diferentes. Quando os locais atraem a produção industrial, aumenta o número de postos de trabalho; quando as indústrias passam para outros locais, perdem-se postos de trabalho. Contudo, o número de pessoas a trabalhar no sector de serviços está a aumentar em todo o lado. Este desenvolvimento é acompanhado por uma oferta crescente de trabalhos a tempo parcial. Estes postos de trabalho são sobretudo ocupados por mulheres. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho está, por isso, a aumentar.

A vida familiar está a mudar. A flexibilidade requerida e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho estão a forçar as famílias a organizar o seu dia-a-dia de uma maneira diferente. Isto gera muita pressão nas famílias e cria tensões adicionais que podem, em situações extremas, piorar. Entre outros factores, pode registar-se, por exemplo, um aumento nos casos de violência doméstica. Esta situação leva a um aumento de custos, em termos materiais e psicofísicos. Para muitos, os custos com o agregado familiar podem aproximá-los da linha de pobreza.

No outro extremo da cadeia de rendimentos estão, os gestores, que substituíram os empresários à frente das actividades empresariais. Ganham mais de mil vezes os salários dos seus trabalhadores. No passado, este rácio era de cerca de um para dez. Estes gestores não têm o mesmo grau de responsabilidade em relação à empresa e aos seus empregados que tinham os antigos empresários. Isto coloca em primeiro plano a questão da responsabilidade social das empresas.

Na questão da localização, o Estado Providência tornou-se um factor decisivo. Por um lado, parece ser um factor de custo que tem um efeito negativo na competitividade internacional das empresas. Por outro lado, um Estado Providência que funcione bem garante a estabilidade política e social, sendo este aspecto muito importante quando se tomam decisões sobre a localização das empresas. Para além disso, os serviços sociais oferecidos aos trabalhadores (ou a sua ausência) também podem interessar às entidades patronais.

Neste processo dinâmico de competição entre locais, o uso político da providência social está a mudar. Alguns países começaram a reformar os seus sistemas de providência social. Em vez de atribuírem subsídios altos que, alegadamente, impedem as pessoas de procurar emprego, introduziram as chamadas políticas pró-activas. Estas políticas consistem em reduzir os subsídios ao mínimo (e até menos) para que "trabalhar compense", forçando assim as pessoas a aceitar qualquer trabalho. Como estas políticas são frequentemente acompanhadas de sanções e limitações ao período da atribuição de subsídios, poderão acabar por criar mais pobreza do que aquela que tentam combater. Uma política alternativa poderia ser, por um lado, investir nas capacidades das pessoas e, por outro, proteger a sua vida quotidiana, garantindo-lhes um rendimento decente.

### **1.2.2. A transformação social e os novos riscos de pobreza**

---

A transformação social tem muitos aspectos e comporta riscos de pobreza específicos.

O fim gradual dos sistemas e a dissolução das regras sociais, juntamente com outros factores estruturais, conduzem frequentemente à migração interna das áreas rurais para as cidades, onde impera o anonimato. As pessoas procuram novas oportunidades de desenvolvimento profissional mas, apesar de todos os seus esforços, encontram-se, frequentemente, em circunstâncias precárias. Elas constituem um reservatório de trabalhadores baratos e com pouca formação, que tentam subsistir em condições de trabalho atípicas. Até os laços familiares, que em tempos os poderiam ter ajudado em épocas mais difíceis, são quase inexistentes.

Um aspecto especial da transformação social, em muitos países, é a percepção que a mulher de classe média tem do seu novo papel. Hoje em dia, as mulheres têm um nível de escolaridade significativamente mais alto do que as suas mães, têm mais possibilidades de obter um trabalho qualificado e, mesmo quando constituem uma família, mantêm a sua presença no mercado de trabalho. A esta percepção feminina do papel da mulher, não corresponde uma adaptação do padrão de comportamento masculino.

Esta situação pode causar tensões nas relações e, entre outros factores, um aumento significativo das taxas de divórcio. Os pais solteiros são o formato familiar que corre o maior risco de pobreza. Em muitos destes casos, o apoio disponibilizado pelo Estado Providência é insuficiente. Na maior parte das vezes, continua a basear-se no modelo do homem como o ganha-pão da família. Consequentemente, algumas mulheres optam por não ter filhos ou, pelo menos, reduzir o número de crianças que gostariam de ter, porque não conseguem conciliar trabalho, carreira e vida familiar e não conseguem encontrar apoio suficiente para a estrutura de vida que pretendem.

Este processo de transformação social está em várias fases de progressão nos países europeus. Esta situação leva a dificuldades específicas relativamente à integração de migrantes, que são forçados a encontrar um caminho entre sistemas de valores e comportamentos muito diferentes e que vivem uma vida em que raramente são bem apoiados pela nova sociedade em que se encontram.

### 1.2.3. A transformação demográfica e os riscos de pobreza

Em quase todos os países europeus está a ocorrer um padrão semelhante de mudança demográfica. O equilíbrio entre as gerações está a mudar; o número de idosos e pessoas a envelhecer está a aumentar, o número de adultos, crianças e jovens está a diminuir.

Mas as taxas de natalidade sofrem variações significativas, situação que aparentemente se prende com a maneira como se faz a conciliação entre o trabalho e a vida familiar, num dado país (quer para os homens quer para as mulheres).

Os desenvolvimentos demográficos têm implicações no mercado laboral, na família e no sistema de providência social público. O risco do desemprego poderá diminuir porque, em muitos países, nas próximas duas ou três décadas, o número de pessoas em idade activa diminuirá. Assim sendo, abrem-se novas perspectivas para os jovens. Acima de tudo, a migração laboral para a Europa Ocidental vai continuar a aumentar.

Também há que dar resposta às necessidades de cuidados à infância e aos idosos (ver 1.1.3). Os sistemas de cuidados

de saúde estão, frequentemente, mal preparados para estas alterações demográficas e deixam essa responsabilidade nas mãos das famílias. Essa situação criará novos riscos de pobreza, quando a família não puder assumir esse papel, devido à diminuição do tamanho da célula familiar ou quando as mulheres forem forçadas a reduzir ou a deixar de exercer trabalho remunerado.

Outra questão muito importante no contexto dos desenvolvimentos demográficos é o das reformas na velhice. Uma vez que, sobretudo nos países da Europa Central e de Leste, as pensões raramente podem garantir uma vida decente, será que os países ocidentais também devem começar a esperar uma nova pobreza relacionada com a velhice? A proporção de pessoas em idade activa relativamente a pessoas em idade da reforma está a mudar significativamente. Como tal, está agendada a necessidade de aumentar a idade da reforma.



### 1.3. Os riscos de pobreza manter-se-ão e surgirão novos riscos de pobreza

Esta descrição breve e genérica do desenvolvimento social dinâmico na Europa, feita com a ajuda do modelo que descreve o sistema do bem-estar social, é suficiente para mostrar que as perspectivas de garantia das condições, para que todos os cidadãos europeus possam desenvolver o seu bem-estar, não são satisfatórias (as condições variam de país para país e até de região para região). E parece que a erradicação da pobreza na Europa já não é um objectivo dos governos europeus, como tem sido.

Os antigos riscos de pobreza não foram erradicados pela transformação económica e social; na verdade, surgiram novos riscos de pobreza. Em tempos de crise, estas reflexões são ainda mais graves. A questão chave é saber como é que as três fontes de bem-estar público: trabalho, família e Estado Providência, podem ser colocadas numa nova situação de equilíbrio para que possam voltar a desempenhar os seus papéis. Um dos desafios passa por equacionar uma melhor resposta do sistema de bem-estar público e como este pode assumir as suas obrigações face ao bem comum, apesar da globalização. O espaço de manobra varia de país para país. Isso significa que é necessário unirmos esforços quer no contexto da União Europeia, quer para além dela.



## 2. O que é a pobreza ?

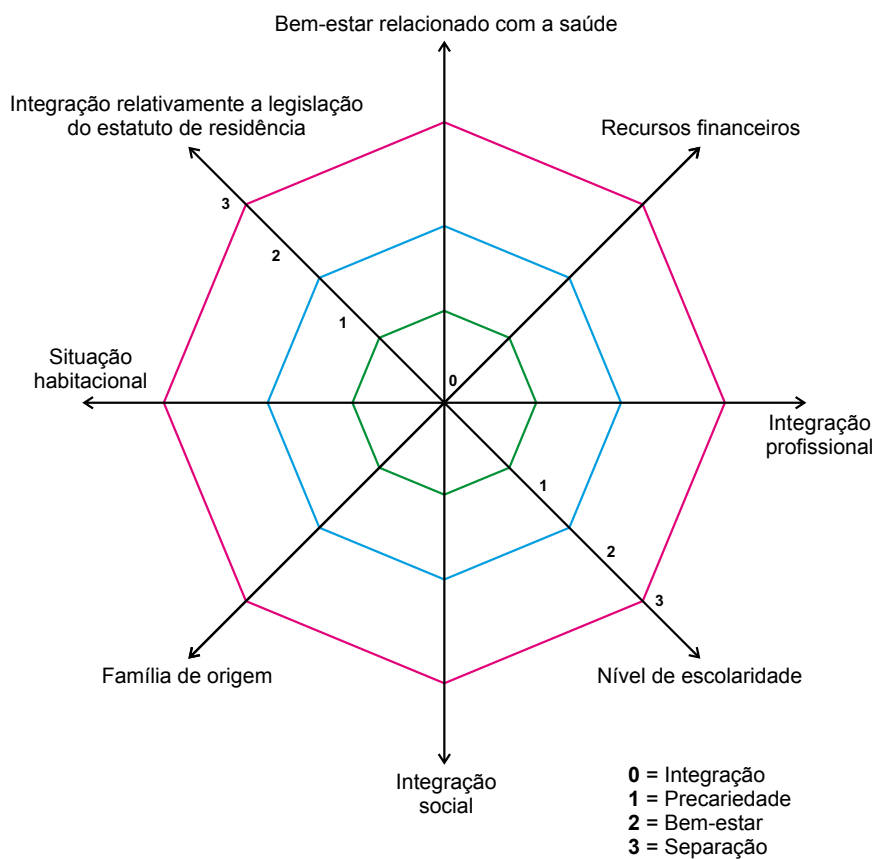
### 2.1. A multidimensionalidade da pobreza

Para a Cáritas as pessoas em situação de pobreza são simultaneamente vítimas e actores. Acreditamos na dignidade de todos e de cada um. A opção preferencial pelos pobres e através das ciências sociais observamos uma realidade que rejeitamos, que nos inquieta e nos mobiliza para a acção.

Na perspectiva da Cáritas, a pobreza é a ausência de bem-estar, devido a um conjunto de circunstâncias precárias caracterizado por uma constante carência de recursos financeiros. Para além disso, a pobreza origina outras restrições e limitações graves: as pessoas pobres são, normalmente, pouco saudáveis; estão frequentemente desempregadas e vivem em condições habitacionais desadequadas. Caracterizam-se, frequentemente, por baixos níveis de escolaridade e formação profissional. São elas que ocupam os postos de trabalho mais precários, dispõem de uma rede social pouco viável, têm relações familiares frágeis e, no caso dos migrantes, um estatuto de residência instável.

Qualquer pessoa que queira verdadeiramente revelar toda a tragédia da pobreza e da exclusão social, tem de procurar descrever estas circunstâncias precárias em todas as suas dimensões. Vamos determinar oito dimensões. Para além dos recursos financeiros, contam-se: o bem-estar e a saúde, a situação habitacional, o nível educacional, a integração laboral, a integração social, a integração dos migrantes tendo em conta a legislação relativa ao estatuto de residência e a família de origem. Estas oito dimensões podem ser visualizadas na figura 2. Há ainda algumas dimensões adicionais: a dimensão psicológica, cultural, ética e espiritual. Estas dimensões não são analisadas neste modelo. Contudo, influenciam (e às vezes mais do que as outras) uma situação que não é só o resultado das dimensões materiais de uma forma determinista<sup>1)</sup>.

Figura 2 : Dimensões de Pobreza



1) Cáritas da Suíça desenvolveu uma ferramenta on-line baseada num modelo "teia de aranha" e cujos eixos representam as oito dimensões da pobreza. As 40 questões mostram ao inquirido, ou ao agregado, até que ponto está socialmente incluído (disponível em alemão em <http://www.caritas-zuerich.ch/f53000342.html>).

As circunstâncias precárias de uma pessoa em situação de pobreza aumentam quanto maior forem as limitações representadas nas oito dimensões. O aumento dessa precariedade é um "movimento em direcção à marginalização" e a pobreza é uma situação vivida na margem da sociedade. A pobreza leva à exclusão social e a exclusão social leva à pobreza, mas não são a mesma coisa. Numa sociedade poderá haver pessoas pobres, mas bem integradas. Da mesma maneira, podemos imaginar pessoas ricas que estão excluídas.

Que eventos podem acelerar esse movimento levando, numa situação extrema, a um deslizamento social? Que factores contribuem para que as pessoas excluídas regressem ao seio da sociedade? Para cada uma das oito dimensões podem ser descritos exemplos de causas ascendentes e descendentes, mas todas as pessoas e famílias são diferentes e únicas. Na análise destas situações, os próprios profissionais utilizam uma abordagem mais humana e isso faz parte do processo de prestação de cuidados aos mais necessitados. A pobreza e a exclusão não são somente a ausência de bens materiais e bem-estar social. Ligado a esses factores, estão também questões como solidão ou o apoio da rede que cada pessoa poderá parte.



### 1. Recursos financeiro:

Os factores financeiros de risco que, frequentemente, levam à pobreza são o desemprego prolongado, os baixos salários, o reduzido rendimento do agregado, as elevadas despesas familiares e o peso das dívidas. Além destes factores existem acontecimentos específicos da vida de uma pessoa, ou família, que podem representar um perigo adicional. Na maior parte dos países, o nascimento de uma criança pode representar um peso elevado para o orçamento dos pais. Um divórcio leva à pobreza se o rendimento comum era insuficiente, antes da separação. A morte do pai ou da mãe também pode desestabilizar financeiramente a família. Da mesma maneira, um novo emprego, uma mudança de cargo, um aumento da carga de trabalho ou novas tarefas, podem resultar num aumento do rendimento do agregado familiar e numa melhoria dos recursos financeiros.

Para além disso, o pagamento de dívidas ou a redução de custos fixos através da redução de impostos ou rendas mais baixas podem ajudar a assegurar a melhoria da situação do agregado familiar. Sem esquecer que aprender a gerir melhor os recursos financeiros também pode contribuir para melhorar a situação financeira.

### 2. Saúde:

Apesar de cada ser humano ter direito aos padrões dignos de saúde física e mental, na prática, a situação de saúde da pessoa depende significativamente do seu estatuto socioeconómico, ou seja, do seu nível de escolaridade, estatuto profissional e rendimentos. Aqueles que têm um estatuto socioeconómico baixo tendem a ter uma vida menos saudável, estão frequentemente doentes e, tendencialmente, morrem mais cedo. As pessoas com deficiências também vêem as suas oportunidades reduzidas devido ao estatuto que detêm. Contudo, não é só a pobreza que torna as pessoas doentes, mas a doença ou um acidente também podem causar pobreza. Um vício também pode restringir os limites da capacidade da pessoa e despoletar uma situação de precariedade.

Em sentido oposto, se uma pessoa vencer um vício ou se se recuperar após uma doença ou acidente, beneficia de melhoria do bem-estar. Mais importante ainda, a melhoria económica também contribui para uma melhoria da saúde.

### 3. Habitação:

Longe de ser interpretado num sentido restrito, o direito à habitação (entendido como habitação *adequada*) deve ser tido como o direito a viver num lugar seguro, em paz e com dignidade. Isto significa beneficiar de privacidade, espaço, segurança, electricidade e climatização. A localização deve estar próxima de infra-estruturas básicas (principalmente para crianças e idosos) e do posto de trabalho, tudo disponibilizado a um preço razoável. Os indicadores relativamente à habitação que revelam circunstâncias precárias são: sem abrigo, tamanho do espaço habitacional, qualidade das instalações sanitárias e áreas residenciais. Os agregados de baixo rendimento vivem frequentemente em habitações degradadas, precárias e com pouco espaço habitacional. Estas habitações também se encontram, frequentemente, em áreas caracterizadas por muito trânsito e poluição, poucas actividades recreativas, insegurança e serviços públicos mal organizados, como por exemplo na área dos transportes.

Se, por outro lado, uma pessoa sem-abrigo encontrar alojamento ou se uma família afectada pela pobreza puder mudar-se para uma casa mais bem equipada, a sua situação habitacional melhora significativamente.

### 4. Educação:

A educação foi descrita no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais como sendo "orientada para o desenvolvimento completo da personalidade humana e o sentido da sua dignidade". A baixa escolaridade tem consequências materiais pesadas. As pessoas com baixos níveis de escolaridade e poucas qualificações profissionais correm um maior risco de empobrecer. Isto deve-se ao facto de estarem mais frequentemente desempregadas e por períodos mais longos, ou fazerem parte do grupo de pessoas empregadas que continuam pobres. Estas pessoas também têm mais dificuldade em lidar com situações críticas da sua vida do que as pessoas com um nível de escolaridade mais alto.

Uma melhoria da dimensão educacional pode ocorrer através de uma melhoria do nível de escolaridade ou formação, do reconhecimento dos diplomas e certificados (no caso dos migrantes) ou pela participação na formação contínua. Em muitos casos o avanço educacional ocorre através da aprendizagem "em contexto de trabalho".

### 5. Integração profissional:

O desemprego permanente resulta num alto risco de empobrecimento, mas, como vimos, até as pessoas empregadas estão sujeitas ao risco de pobreza. Isto pode acontecer se tiverem de trabalhar em condições precárias ou condições de trabalho atípicas. Estas últimas são caracterizadas por uma, ou mais, incertezas, como empregos com contratos de trabalho de curto prazo, empregos precários, a falta de protecção jurídica ou um rendimento irregular e incerto.

Por outro lado, se a pessoa encontrar emprego ou passar a ter empregos estáveis, regista-se um aumento na dimensão de integração ocupacional.

### 6. Integração social:

O desenvolvimento completo de cada pessoa é conseguido numa vida em comunidade que, por sua vez, se baseia na dignidade humana e nos direitos humanos. A integração social descreve assim até que ponto uma pessoa está integrada numa rede. Há que distinguir entre uma rede primária, (por exemplo, a rede familiar), e secundária. Esta inclui o círculo de amigos e conhecidos assim como o envolvimento em trabalho voluntário. Os indicadores de uma situação precária relativamente à dimensão da integração social podem ser relações de família problemáticas, poucos contactos sociais e um afastamento de actividades sociais. Frequentemente, as pessoas que se encontram numa situação precária não têm familiares, amigos ou conhecidos com quem possam contar. Tornam-se, portanto, muito vulneráveis caso tenham de lidar com acontecimentos críticos que ameacem destabilizar a sua vida.

Mas, se uma pessoa encontrar saída para o seu isolamento social, e começar a estabelecer contactos com a família e vizinhos, se entrar para um clube, fizer trabalho voluntário para uma organização, pode melhorar a dimensão da integração social.

### 7. Estatuto de residente:

Os migrantes com estatuto temporário, sem residência ou sem documentos, estão, primeiro que tudo, numa situação jurídica precária que afecta negativamente as suas possibilidades no mercado de trabalho e junto da Segurança Social. Para além disso, um estatuto de residência não clarificado representa um peso psicológico acrescido.

Se o estatuto de residente for resolvido positivamente, a integração em relação às leis de residência aumenta e a pessoa em causa pode voltar a planear a sua vida a longo prazo.

### 8. Família de origem:

A dimensão "família de origem" tem a ver com a casa dos pais. Esta dimensão resume o que a pessoa levou consigo da casa dos pais na forma de "herança social" à medida que avançou ao longo das sete dimensões de inclusão mencionadas acima. Por exemplo, se os pais têm um bom nível de escolaridade, se estão social e profissionalmente integrados e se são saudáveis. Quanto mais baixa for a herança social, cultural e económica dos pais, maior é o risco de empobrecimento das crianças. Mas, claro, a vontade pessoal da criança e um bom perfil psicológico (cultural, ético e espiritual) podem ajudar a ultrapassar esse risco.

Resumindo: Quanto melhor for a situação inicial da perspectiva da família de origem, maiores são as possibilidades de uma vida plena.

## 2.2. A interacção multidimensional

As dimensões individuais da pobreza não são independentes, mas estão interligadas e são interactivas. Assim sendo, as condições de trabalho podem afectar a saúde, os recursos financeiros limitados podem afectar as opções de alojamento e um baixo nível de escolaridade pode aumentar o risco de ficar no desemprego. Frequentemente, um acontecimento crítico na vida de alguém pode desencadear um movimento para a margem da sociedade. Este acontecimento terá um impacto negativo noutras dimensões, daí que, em última instância, há frequentemente uma manifestação de várias carências. Um exemplo desta situação é quando a perda de um emprego leva à perda de identidade e a vítima tenta superar a situação recorrendo ao consumo excessivo de álcool. Isto, por sua vez, cria uma tensão na relação com o cônjuge, que pede o divórcio, e a pessoa deixa de participar em actividades sociais. Por outro lado, um desenvolvimento positivo numa dimensão pode levar a uma melhoria da situação noutra dimensão. Por exemplo, quando a pessoa supera um problema de saúde mental e pode voltar a trabalhar e a encontrar uma nova família, ou quando mais formação profissional resulta num aumento salarial.

A descrição destas oito dimensões de pobreza também permite descobrir maneiras de mudar.

Se os recursos financeiros são elevados, introduzem-se medidas de aconselhamento sobre gestão financeira e pagamento de dívidas, são disponibilizadas informações sobre como obter uma possível assistência financeira ou ajuda desburocratizada, como por exemplo o pagamento de uma conta alta no dentista. Se o principal enfoque é atingir uma maior integração profissional, os projectos de educação e acompanhamento, assim como os programas de emprego e integração laboral, são apropriados. Se for necessário intervir ao nível da educação, então há que recorrer a, por exemplo, cursos ocupacionais económicos e não específicos destinados a pessoas com poucas qualificações.

Contudo, se há um défice em termos de integração social, devem ser disponibilizados cursos de aconselhamento e educação familiar para ajudar a reduzir os níveis de stress de pais e filhos, assim como estruturas de comunicação



de fácil acesso. Entre as iniciativas que facilitarão a participação social contam-se: visitas ao domicílio, oferta de férias a famílias carenciadas (para ajudar a aliviar o isolamento) e entrada a preços reduzidos em eventos culturais e desportivos. Se for necessário intervir na dimensão habitacional, as actividades de aconselhamento concentrar-se-ão: em encontrar instalações onde a pessoa possa dormir ou em ajudar a pessoa a encontrar um apartamento barato. Se na dimensão de integração for indicado que é preciso apoio relacionado com a legislação relativa ao estatuto de residência, os serviços jurídicos e sociais podem ajudar o beneficiário para que este obtenha o maior auxílio que a lei prevê. Quanto aos processos administrativos e ao contacto com as autoridades, as organizações sociais privadas podem auxiliar os imigrantes que desconhecem esses trâmites. Os serviços de voluntariado, também podem prestar assistência, mediar em situações de conflito e ajudar a garantir o respeito pelos direitos existentes.

Quando é necessário tomar medidas em questões relacionadas com a saúde, o principal enfoque estará em

financiar o tratamento médico. Nos casos em que mães ou pais solteiros e os seus filhos não estejam bem de saúde, os períodos de acompanhamento de várias semanas para pais e filhos, por exemplo, podem ser uma oportunidade de recuperação e podem também ser usados para disponibilizar assistência especializada e aconselhamento familiar. Assim sendo, o aconselhamento profissional, o acompanhamento, o reconhecimento pessoal, a possibilidade de desenvolver competências, a participação social e a aceitação por parte de uma comunidade podem ter um papel importante na superação da pobreza e do risco de empobrecimento.

Em suma, pode fazer-se muito a nível individual no contexto do potencial pessoal e das competências, desde que os recursos necessários estejam disponíveis. As condições sociais, contudo, impõem com frequência limites a essas melhorias. Esse é o desafio que os políticos enfrentam. Esta descrição de multidimensionalidade deixa claro que as políticas de combate à pobreza são iniciativas cruzadas que devem interligar-se e podem ter lugar em muitas áreas políticas diferentes.



# 3. Quando ocorre a pobreza ?

## 3.1. O modelo do ciclo de vida

A terceira parte deste documento apresenta uma ferramenta analítica que ajuda a perceber melhor as várias fases, ao longo da vida, onde ocorre pobreza. Permite conhecer as circunstâncias em que as pessoas empobrecem ou como é que conseguem superar uma situação de pobreza.

Há muitas pessoas que viveram sempre na pobreza. Há outras para quem as fases de pobreza alternam com fases sem pobreza. As fases de um desenvolvimento biográfico típico são: família, escola, formação profissional, trabalho, constituição de família e reforma. Todas estas fases são caracterizadas por riscos de pobreza inerentes e específicos.

Na família, uma criança em crescimento tem ao seu dispor certos recursos de carácter económico, sociocultural, psicológico e espiritual. Quanto mais baixo for o nível socioeconómico dos pais (referimo-nos ao seu nível de escolaridade, ao rendimento e ao estatuto profissional) menos acesso aos recursos essa criança tem. Essa categoria de pais não está em condições de dar às crianças tantos recursos como os pais com estatuto socioeconómico mais elevado. Esta situação tem consequências sérias. As crianças, cujos pais têm um estatuto socioeconómico baixo, têm frequentemente mais dificuldade em ser bem sucedidas na escola e no trabalho. A disponibilização de vários níveis de recursos já se poderá manifestar no acesso da criança à escolaridade, como é o caso quando, por razões financeiras, os pais optam por um período de escolaridade mais curto, ou por não mandar a criança para a escola, o que, muitas vezes, significa uma entrada antecipada no mundo do trabalho. Assim sendo, a criança "herda" não só os recursos dos pais, mas também o seu nível educacional. O meio social em que a criança nasce representa um risco de pobreza inicial e sustentado.

A educação é o factor-chave no mercado de trabalho. Uma pessoa com um nível de escolaridade alto pode, normalmente, obter qualificações formais que lhe permitem desempenhar um cargo mais alto, o que, por consequência, resulta num rendimento também mais alto. Quanto mais importantes forem as funções que desempenhar, mais altas serão as qualificações requeridas. Por outro lado, uma pessoa com um baixo nível de escolaridade, tem mais dificuldade em encontrar oportunidades de formação, geralmente trabalha no sector industrial, recebe salários mais baixos, frequentemente encontra-se em situações de trabalho atípicas, tem tendência a estar no desemprego por períodos mais prolongados. Por isso, estas pessoas são altamente vulneráveis e com fortes possibilidades de cair no empobrecimento, mais cedo ou mais tarde. Esta situação leva-nos a questionar a compensação que o sistema educacional presta, relativamente às diferenças de origem social. Neste sentido, o nível de escolaridade obtido pode acarretar riscos de pobreza cruciais para a vida de uma pessoa.

Em contexto de pobreza, e quando ainda não foram afectadas as relações familiares, é possível para pais e filhos superarem as dificuldades. Mas a realidade mostra que quanto mais tempo as famílias vivem em contextos de pobreza e exclusão, mais difícil é superar esta situação.

A família enfrenta ameaças e oportunidades, a sua situação pode acarretar mais riscos de pobreza. Os filhos podem ser um peso para o rendimento familiar. A separação e o divórcio acarretam custos adicionais. Até as pessoas solteiras, que correm normalmente um risco menor durante a sua vida activa, enfrentam riscos de empobrecimento maiores quando se reformam ou adoecem porque não beneficiam do apoio de familiares. As pessoas com um estatuto socioeconómico mais baixo têm mais dificuldade em lidar com fases de adaptação do que as pessoas mais privilegiadas que têm acesso a mais recursos. Isto pode

ser explicado não só pela diferença em termos de recursos financeiros, mas, especialmente, pelo acesso aos recursos sociais. Uma pessoa que é afectada por um acontecimento crítico na sua vida pode lidar melhor com a situação se puder contar com o apoio de amigos, familiares e conhecidos, que disponibilizam aconselhamento e ajuda nos momentos difíceis.

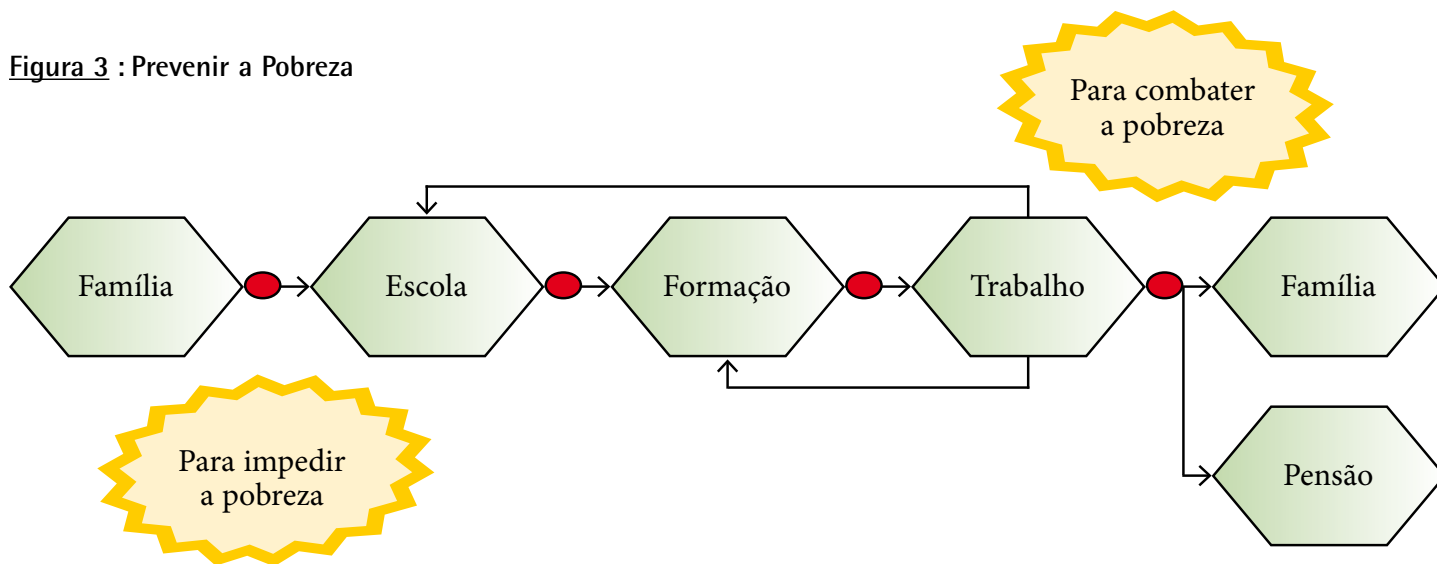
A espiral de empobrecimento continua a girar até à velhice. Quem, ao longo da vida, se debate com a escassez de recursos financeiros e tem um passado de Segurança Social atípico, terá uma pensão baixa sem ter poupado nada para a velhice. Assim, a transição para a reforma torna-se, em si mesma, mais um risco de empobrecimento. As pessoas que não recebem uma reforma regulada pelo Estado, ou que recebem uma pensão insuficiente para subsistir, têm mais probabilidades de vir a enfrentar a pobreza também na velhice.

Basicamente, diríamos que as pessoas nascidas numa família caracterizada por um baixo estatuto socioeconómico e que, por isso, crescem num contexto de pobreza, enfrentarão o empobrecimento mais tarde. Isto porque uma criança que tem um estatuto socioeconómico baixo tem tendência a ter menos sucesso escolar do que uma criança que vem de um meio privilegiado. Por consequência, essa criança terá uma escolaridade baixa e por isso terá mais dificuldade em encontrar uma oportunidade de formação ou um emprego. Ela ocupará com mais frequência cargos mal remunerados e pouco seguros, e estará no desemprego mais frequentemente e por períodos mais prolongados. Ao constituir família mais tarde correrá um maior risco de empobrecimento e, até na velhice, essa pessoa será mais afectada pela pobreza do que uma pessoa com maiores privilégios.

### 3.2. Políticas sobre a pobreza e o modelo do ciclo de vida

Hoje em dia, as políticas sociais continuam a centrar-se na assistência aos necessitados, o que, em si, é positivo. Contudo, para que o combate à pobreza e à exclusão social seja sustentável e para que, em última instância, possamos promover o bem-estar, esta abordagem não é suficiente. Aqueles que estão envolvidos na investigação e na criação das políticas de combate à pobreza concordam que é melhor prevenir a pobreza do que combatê-la. Assim sendo, o apoio deve concentrar-se mais nos primeiros estágios de vida e nos períodos de transição, conforme a figura 3. Há que garantir que a espiral de pobreza não comece a agir.

**Figura 3 : Prevenir a Pobreza**



Isto requer políticas sociais orientadas para o investimento. Essas políticas sociais auxiliam as famílias necessitadas desde o início, melhoram o seu acesso a respostas sociais dirigidas à infância e disponibilizam apoio numa fase inicial para as transições subsequentes. Desde que estas políticas consigam evitar a perpetuação da pobreza, haverá menos adultos empobrecidos a precisarem de assistência.

Isto também diz respeito às políticas educacionais. Há que garantir que o acesso às escolas e a participação no sistema educacional esteja ao alcance de todos, independentemente do género e da origem étnica e social, fazendo justiça ao axioma "igualdade de oportunidades para todos".

A dignidade humana requer que todos os actores, estatais ou não, trabalhem no sentido da justiça social para todas e para todos. Assim, não só os sistemas políticos, mas também as organizações sociais, como a Cáritas, têm um papel importante na prevenção da pobreza. Para além do que já fazem para combater a pobreza ou no seu trabalho de defesa dos direitos e princípios, devem desenvolver um

quadro analítico de política social. Os seus serviços devem conseguir dar resposta às transições que ocorrem ao longo da vida.

Um exemplo disso é a disponibilização de serviços que facilitem a transição da família para a escola, disponibilizando às crianças de famílias pouco privilegiadas o cuidado adicional e apoio orientado. Outro exemplo é o acompanhamento e o apoio dado por profissionais experientes aos jovens que procuram formação profissional e emprego. Na generalidade, estas políticas devem conseguir melhorar a capacidade de autodeterminação. Habilitar as pessoas deve ser um objectivo central desses serviços.

Para além disso, a economia privada e pública também desempenha um papel na prevenção da pobreza porque todos os esforços para evitar a pobreza serão em vão se a economia não oferecer oportunidades de trabalho suficientes, como é o caso deste período de crise económica em que vivemos.

A melhor maneira de combater a pobreza é a prevenção.



## 4. Conclusões

As considerações teóricas aqui expostas, ainda que fragmentadas, representam uma primeira reflexão que será continuada em publicações futuras. São também a primeira face da moeda. A outra face é apresentada na parte B desta publicação.

A pobreza e a exclusão social são uma consequência da disfunção das três origens do bem-estar social (o mercado de trabalho, a família e o Estado Providência) devido à transformação social. Assim sendo, podemos concluir genericamente que há que envidar todos os esforços para permitir que estes três elementos voltem a desempenhar o seu papel. Isto significa restaurar a força do mercado de trabalho para criar empregos – e bons empregos – para que o trabalho possa efectivamente permitir que as famílias desempenhem o seu papel como comunidades de solidariedade e restaurar as capacidades do Estado Providência de organizar o bem-estar dos seus cidadãos.

Isto leva-nos a reconhecer o grande valor dos serviços sociais e de saúde não só na ajuda aos necessitados, mas também na criação de postos de trabalho.

Os serviços educacionais são importantes na prevenção da pobreza nos primeiros anos de vida, momento crucial de combate à pobreza. Da mesma maneira, a disponibilização de cuidados à infância permite não só reconciliar a família e o trabalho como dá oportunidade, especialmente às mulheres, de assumirem carreiras profissionais. De acrescentar que as iniciativas que garantam um rendimento adequado ou alguns serviços, como o apoio domiciliário, são cruciais para evitar ou combater a pobreza na velhice.

Visto a pobreza ser multidimensional, não existe uma solução única para todos, mas há que lidar com todas as dimensões. Quanto à nona dimensão (a psicológica, cultural, ético, ética e espiritual), é óbvio que não podemos esperar que o Estado tenha todas as respostas. Por isso, afirmamos que **a pobreza diz respeito a toda a gente.**

Isto não quer dizer que os governos podem ficar à espera que "toda a sociedade" contribua para aliviar a pobreza. Pelo contrário, cabe-lhes, por um lado, determinar as regras sociais que previnem e combatem a pobreza e, por outro, aproveitar o que as pessoas têm para oferecer. Só com as pessoas, e não contra elas é que é possível contribuir para o avanço social.

Neste quadro, a solidariedade deve melhorar, em particular, a natureza social dos seres humanos assim como a igualdade de direitos e a dignidade. Neste caso, a solidariedade transcende o sentido subjectivo da compaixão ou piedade em relação aos pobres, elevando-se a um compromisso, partilhado pela comunidade, de concretizar a unidade no sentido do bem comum. Todos caminhamos com os pobres, estamos empenhados em os ajudar e vivemos a experiência de os encontrar. Graças a esse encontro, adquirimos um conhecimento mais abrangente da realidade social e vivemos num reconhecimento mútuo. Graças a esta relação, este acto de cognição pode ser transformado num acto de "reconhecimento" da pessoa, significando estar "grato" à mesma.

Temos de ter uma visão alargada da realidade social que deriva da experiência humana. Esta experiência requer um pensamento social capaz de confrontar honesta e radicalmente os problemas graves que afectam a humanidade. Este pensamento verdadeiramente social tem de ir além do modelo das Ciências Sociais e da tecnologia. Tal tarefa requer a proximidade (o encontro) da situação do pobre e um trabalho intelectual rigoroso. Em suma, não podemos abandonar o pensamento científico, mas temos de ir além dele, sobretudo porque conhecer a realidade significa empenharmo-nos nela.

Este compromisso leva a uma nova maneira de pensar que recupera a perspectiva dos pobres e dos excluídos. Nesse sentido, é essencial que eles falem e sejam ouvidos. O facto de os nossos conhecimentos serem limitados e insuficientes obriga-nos a manter uma atitude atenta ao ouvi-los falar das suas vidas. A nossa análise deve ser completa e transcendida pelas suas palavras, pelas suas

experiências de luta e libertação, de sofrimento e alegria. Na verdade, mostrar esta perspectiva é o principal objectivo da segunda parte deste documento.

No conceito de *bem-estar*, a base da nossa visão do Bem-Estar Social, faz a junção entre o indivíduo e a sociedade, a junção que lhes dá sentido e os torna interdependentes, uma vez que ninguém pode vencer sozinho nem ser considerado exclusivamente responsável por si mesmo neste mundo globalizado. Somos todos responsáveis uns pelos outros. Por isso, a pobreza também é um problema de todos e uma condição que, aos olhos da Cáritas, se torna um ponto de vista preferencial da sociedade.

Devemos abraçar uma visão da realidade social que tem a sua origem nos pobres e com os próprios pobres. Para desenvolvermos este ponto, temos de articular uma maneira de pensar que, por um lado, nos dê uma visão alternativa da história e, por outro, um futuro comum. Ao primeiro aspecto podemos chamar *memória*, pois apresenta

a história como interpretada aos olhos da pessoa comum por quem a própria história é feita. A nossa memória deve, também, ser a memória dos pobres e dos excluídos e transfigurada no seu sofrimento e experiência. Ao segundo aspecto podemos chamar *utopia*, entendida como uma maneira nova e muito concreta de olhar para um futuro em comum com esperança, participação e responsabilidade partilhada. A Cáritas adopta uma visão da realidade social, e da pobreza nela contida, que não se pode abstrair dos laços sociais e da comunidade. É por isso que, do nosso ponto de vista, esta reconstrução da *memória* e *utopia* só pode ser feita dentro da própria comunidade. A participação social, por isso, torna-se um instrumento necessário para combater a pobreza. A nossa perspectiva tem de ser enriquecida através do "diálogo cívico", das ligações sociais, das relações e capacitação, especialmente dos pobres e oprimidos. Capacitar os pobres é o primeiro passo para a inclusão social. A participação social é a melhor maneira de impedir e combater a pobreza.



# Sumário executivo

**A pobreza é um escândalo.** Todos os seres humanos têm direito a uma vida decente. Consequentemente, em situação de doença, deficiência, velhice, desemprego, viuvez e outra carência involuntária, todas as pessoas têm o direito a ser ajudadas.

Definindo a pobreza como uma falta de bem-estar, a Cáritas observa o bem-estar social como algo inerente todos os cidadãos. O bem-estar social está sustentado em três pilares: i) desempenho de funções remuneradas no mercado de trabalho; ii) solidariedade dentro da família e das redes primárias, e iii) apoio disponibilizado pelo Estado Providência.

As sociedades estão num estado de constante transformação, o que leva a diferentes níveis de bem-estar nos vários países. No que diz respeito à pobreza e à exclusão social, há três aspectos importantes da transformação social: económico, social e demográfico.

Devido a esta transformação, a pobreza e a exclusão social são uma consequência da disfunção dos três pilares. **Contudo, eles têm de ser capazes de exercer outra vez o seu papel.**

**A pobreza é multidimensional.** A Cáritas acredita que as pessoas em situação de pobreza são simultaneamente vítimas e actores e na dignidade intrínseca de todos e de cada um. *A opção preferencial pelos pobres* e através das ciências sociais observamos uma realidade que rejeitamos, que nos inquieta e nos mobiliza para a acção.

Para nós, **a pobreza não é somente a falta de recursos financeiros.** Consideramos oito dimensões: os recursos financeiros, o bem-estar relacionado com a saúde, a situação habitacional, o nível de escolaridade, a integração ocupacional, a integração social, a integração relativa à legislação sobre o estatuto de residência e a família de origem. Também reconhecemos a importância de outras dimensões como as dimensões psicológica, cultural, ética e espiritual.

As fases de um desenvolvimento biográfico típico são: família, escola, formação profissional, trabalho, constituição de família e reforma. Todas estas fases são caracterizadas por riscos de pobreza específicos. Hoje em dia, as políticas sociais continuam a centrar-se na assistência aos pobres. Mas esta abordagem não é suficiente. O apoio deve concentrar-se nas fases de transição. Temos de garantir que a espiral de pobreza é interrompida.

Isto requer políticas sociais orientadas para o investimento que auxiliem as pessoas em situação de pobreza numa fase inicial, melhorando o acesso aos serviços educativos, disponibilizando apoio desde o início para as transições subsequentes. Estas políticas podem evitar a perpetuação da pobreza: **a melhor maneira de combater a pobreza é preveni-la.**

Afirmamos que a pobreza diz respeito a toda as pessoas mas os governos têm de assumir o seu papel. Mudar requer uma visão da realidade social que tem a sua origem nos pobres e com os próprios pobres. Capacitar os pobres é o primeiro passo para a inclusão social. **A participação social é a melhor maneira de impedir e combater a pobreza.**

*Abre os olhos,  
Escuta,  
Aprende e actua.*

**→ Consulte a Parte B :  
Uma Abordagem Empírica**